

# Contra a reforma da previdência, todos à paralisação do dia 3 de maio

**Vereadores aumentaram seus salários em 61,3%.  
Exigimos 21% de reajuste e o fim da reforma da previdência de Paes.**

A rede municipal do Rio realizará uma paralisação de 24 horas no dia 3 de maio (terça). Neste dia, o Sepe convoca toda a categoria para fazer um ato público, a partir das 10h, nas escadarias da Câmara de Vereadores, na Cinelândia, com assembleia às 15h, na ABI. Reivindicamos o fim da reforma da previdência, da privatização das escolas e reajuste salarial de 21%.

A prefeitura está armando um golpe. O anúncio do Plano de Solvência para o Prev-Rio, nada mais é que a versão piorada da PLC 41. A apresentação foi feita aos vereadores em uma reunião no dia 4 de abril. No dia 20 de abril, o SEPE se reuniu como líder do governo, vereador Adilson Pires. Fomos informados de que, nas próximas duas semanas, os vereadores serão procurados para que a votação seja realizada (os mesmos vereadores que aumentaram seus salários em 61,8%). Precisamos lutar as escadarias da Câmara para exigir o fim da reforma da previdência e reajuste de 21% para os profissionais de educação.



Além disso, precisamos denunciar a privatização que vem ocorrendo nas escolas e creches municipais. Em 2010, o prefeito foi condenado pela Justiça Federal por não aplicar os 25%

da arrecadação municipal no setor, o que faz com que a categoria tenha que trabalhar com a falta de estrutura, material, professores e funcionários. E ainda vemos diariamente o des-

vio de verbas públicas para a iniciativa privada, através de projetos impostos nas escolas e agora até da biometria. Por isso dia 3 de maio a aula será na praça. Todos à Cinelândia.

**3 de maio PARALISAÇÃO DE 24 HORAS DA REDE MUNICIPAL DO RIO, COM ATO PÚBLICO  
(terça) ÀS 10H NAS ESCADARIAS DA CÂMARA E ASSEMBLÉIA ÀS 15H, NA ABI**

## Sepe solicitou abono do dia 8 de abril à SME

No mesmo dia do ato, uma comissão formada por diretores do Sepe, profissionais de educação, responsáveis e alunos de diversas escolas, entregou à Câmara de Vereadores um dossiê feito pelo sindicato sobre os problemas de violência na rede.

No dia 12 de abril, retornamos à Câmara reivindicando que os vereadores intercedessem pelo abono de ponto do dia 8 de abril, diante da tragédia ocorrida.

No dia 13 de abril, fomos

informados por vereadores e por professores da E.M. Tasso da Silveira, que o prefeito Eduardo Paes havia concedido o abono de ponto para os dias 7 e 8 de abril.

Ainda temos muitos motivos para conversar e lutar. A falta de segurança nas escolas municipais e estaduais do Rio vem sendo denunciada pelo Sepe há anos, mas, infelizmente, os governos se recusam a dialogar com a categoria o assunto. Por isso, exigimos que Paes, Cabral, os secretários de educação do

estado e município do Rio, e as autoridades de segurança de nosso estado discutam com os profissionais de educação como enfrentar esse grave problema.

É necessária a redução do quantitativo de alunos em sala de aula, a garantia do centro de estudos quinzenal, reuniões com a comunidade escolar, volta da equipe de direção (incluindo o orientador educacional e o coordenador de turno), equipe multidisciplinar concursada (com assistentes sociais, psicólogos, fonoaudi-

ólogos, terapeutas educacionais), concurso público para professores e funcionários (principalmente agente educadores e agentes de portaria), aplicação dos 25% das verbas em educação, fim da privatização, valorização profissional e da escola como espaço de aprendizagem.

Não queremos que outros fatos ocorram como a crônica de uma tragédia anunciada. Por isso exigimos que os governos escutem a categoria e atendam suas reivindicações.

## Ginásio Experimental Carioca na Taquara revela a falência do projeto pedagógico de Costin

Desde que a prefeitura anunciou os Ginásios Experimentais Cariocas como a grande novidade pedagógica da gestão Paes/Constin, o Sepe fez inúmeras denúncias sobre o método pedagógico, o erro da imposição de professores polivalentes e a falta de discussão com a categoria.

Visitamos as escolas que abrigariam este projeto, entramos com ações jurídicas, fomos para audiências e reuniões questionar esta proposta. A SME alegava que faria todo o investimento necessário, com verbas, materiais e recursos humanos. Afirmava ainda que, como tinha o caráter experimental, caso não desse

certo retiraria esta proposta.

No dia 31 de março, dia de nossa paralisação unificada, fomos informados, por vários profissionais do Ginásio Experimental Carioca da Escola Municipal Governador Carlos Lacerda, sobre o descaso que a Prefeitura tem feito com os trabalhadores e os alunos.

Para começar, existem 18 turmas para apenas 14 salas de aula, o que faz com que alunos tenham que estudar embaixo de árvores. A cozinha está em obras desde novembro e a adaptação proposta não garante a menor estrutura. Por isso, os APA's da Comlurb tem que preparar alimentos, inclusive o corte de carne no quintal. Os

alunos levam quase 1 hora na fila para poder almoçar. A sala de leitura não existe mais, pois teve que ser utilizada como sala de aula. A educopédia não funciona. Os computadores prometidos aos alunos não chegaram. O tempo de Centro de Estudos acabou. O Projeto Político Pedagógico, não pode ser implementado. Não há inspetor para os mais de 600 alunos. Quem cumpre esta tarefa é um estagiário contratado.

Cabe ressaltar que a direção da escola, muito respeitada por toda a comunidade escolar, tenta de todas as formas evitar e amenizar esta situação caótica. Porém a realidade colocada na E.M. Governador Carlos La-

cerda, não pode ser atribuída a nenhum profissional.

Devemos lembrar que os Ginásios Experimentais Carioca, são a grande proposta da prefeitura para um ensino de excelência. Por isso mesmo a prova do descaso da Prefeitura com uma educação de qualidade.

O Sepe encaminhou denúncia ao Ministério Público, à OAB, à Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores e ao vice-presidente da casa. Já agendamos uma visita à escola com vereadores.

É importante que outras escolas denunciem também o descaso da Prefeitura com os profissionais e nossos alunos.

**3 de maio** PARALISAÇÃO DE 24 HORAS DA REDE MUNICIPAL DO RIO, COM ATO PÚBLICO  
(terça) ÀS 10H NAS ESCADARIAS DA CÂMARA E ASSEMBLÉIA ÀS 15H, NA ABI

# Somos todos Tasso da Silveira

No dia 7 de abril, o Rio de Janeiro testemunhou uma das maiores tragédias de sua história. O triste acontecimento ocorreu na Escola Municipal Tasso da Silveira e levou a vida de 12 estudantes além de deixar muitos outros feridos.

Tal fato chocou toda a população e, em especial, a categoria de profissionais de educação, que diariamente vive a dura realidade da escola pública. O sentimento de tristeza, vulnerabilidade e medo tomou conta de professores, funcionários, alunos e professores.

A dor sentida por aqueles que vivenciaram esta brutal violência não tem comparação. Porém, cada um de nós também sofreu



BRIGAS ENTRE ALUNOS • BALAS PERDIDAS • OPERAÇÕES POLICIAIS • CONFRONTOS ENTRE TURMAS • AGRSSÕES A PROFESSORES • ESTADO MUNICIPAL • FALTA DE INVESTIMENTOS E FUNCIONÁRIOS • ABANDONO

muito. Vários colegas não tiveram condições psicológicas para seguir suas atividades mantendo a normalidade. Lembrávamos de outros alunos que perdemos para a brutalidade do sistema e daqueles que foram vitimados pela sociedade injusta que desvia valores.

Solicitamos a subsecretária Helena Bomeny, representante da SME naquele momento, que

garantisse um dia de luto. Não obtivemos uma resposta positiva e consideramos que a prefeitura havia cometido um equívoco.

Por isso o Sepe convocou uma paralisação extraordinária em luto e solidariedade a todos da Tasso da Silveira. É verdade que nunca havíamos presenciado uma tragédia tão grande, mas os vários casos de violência, a morte de

Wesley e este triste fato, já anunciavam a necessidade de uma discussão com toda a sociedade.



Boletim do Sepe - Rede Municipal/RJ é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro  
R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares - Centro - Rio de Janeiro/RJ  
CEP 20031-040  
Tel.: 2195-0450 - www.seperj.org.br  
Tiragem desta edição: 10.000

# Todos à luta contra a Reforma da Previdência

No dia 4 de abril, o prefeito reuniu com os vereadores para apresentar a proposta do Plano de Solvência para o Previdirio. A idéia de Paes é repor o déficit do fundo através dos royalties do petróleo e da reforma da previdência dos servidores municipais. Segundo dados da própria Previ-Rio, temos um rombo de R\$ 1.689 bi.

Nossa primeira indagação surge do fato de que todo mês 11% de nossos salários são descontados para o fundo. Então o que explica este déficit?

Estudos feitos pelo Movimento Unificado dos Servidores Municipais, o qual o Sepe faz parte, apontam que a falência prevista para 2014 se deve a malversação do dinheiro dos funci-

onários. Segundo dados publicados no Jornal Online da Associação dos Servidores da SMDS e do Fundo Rio (ASFUNRIO), em 2008 o Funprevi tinha mais de R\$ 2 bilhões de disponibilidade de caixa. Entre 2009, data da posse do atual prefeito, e 2010 este montante passou para cerca de R\$ 1,689 bilhão. O que aconteceu para a

ocorrência desta queda nominal da disponibilidade da caixa do Funprevi de R\$ 313 milhões? Fica claro que a malversação do fundo foi o principal responsável pelo rombo no caixa, mas o Tribunal de Contas do Município e o Ministério Público nada fazem para investigar o que foi feito com o dinheiro dos aposentados.

## PLC 41 foi criado por exigência do Banco Mundial

**Para solucionar a falência presumida do órgão de previdência, Eduardo Paes criou o PLC 41, que é uma exigência do Banco Mundial. Até outro dia Eduardo Paes, garantia através de comunicado a imprensa, que não havia tal cláusula comprometedora no acordo. Porém é só analisar o contrato. Tal exigência existe. Até seu desafeto, Cesar Maia, prefeito que também aprofundou o desvio de verbas do fundo, viu. Após toda a mobilização dos servidores municipais, o prefeito tenta maquiagem a PLC 41, criando o Plano de Solvência.**

**Mesmo mudando o nome o ataque é o mesmo. A retirada de direitos dos trabalhadores.**

**Pela proposta serão extintas a integralidade (direito de se aposentar com salário integral), a paridade (direito de ter reajuste igual aos servidores ativos) e os pensionistas (nossos filhos) terão direito a apenas 70% do salário. A alegação da prefeitura de que a Previ-Rio não tem verbas não é verdadeira. Afinal, quem dilapidou nosso dinheiro foram os sucessivos governos, através de obras faraônicas, da péssima administração e da política de terceirização. Por isso, no dia 3 de maio, vamos lutar contra mais este ataque. Na Cinelândia, vamos dizer ao prefeito e aos vereadores que quem ataca a educação não consegue reeleição.**

## Vereadores reajustam o próprio salário em 61,8%

Enquanto o prefeito Eduardo Paes sequer falou alguma coisa a respeito do reajuste anual dos servidores municipais, os vereadores cariocas aprovaram em plenário um aumento de 61,8% na remuneração, saltando o salário de R\$ 9.288 para R\$ 15 mil. A imprensa especula que o prefeito concederá um reajuste de 6% apenas para junho. E para piorar, o aumento é retroativo a fevereiro e março.

De qualquer maneira, o aumento pode ter problema jurídico, além de moral. Isso porque a Lei Orgânica do Rio e a Constituição Federal determinam que os aumentos só podem ser fixados para a legislatura subsequente. Assim, os vereadores se basearam para aprovarem o aumento em um parecer da Procuradoria da Câmara, que citou uma Lei Municipal de 2008, que previa reajuste do salário dos vereadores desta legislatura — para 75% do valor recebido pelos deputados estaduais, assim que o au-

mento fosse concedido aos membros da Alerj, o que ocorreu em fevereiro de 2011.

O jornal O Dia repercutiu a polêmica, entrevistando vereadores que consideraram a utilização da lei de 2008 como um “drible à Constituição”. Segundo o jornal, “quatro vereadores pediram explicações sobre a origem do dinheiro”. Os vereadores “Andréa Gouvêa Vieira (PSDB) e Eliomar Coelho (PSOL) já pediram para devolver o valor. Ele solicitou inclusive o estorno do reajuste na pensão de sua ex-mulher”.

Em São Paulo, o Ministério Público interveio e a Justiça determinou que o valor do reajuste fosse depositado em conta judicial. Aqui no Rio, o presidente da Câmara, Jorge Felipe, disse que “Quem não quiser o aumento pode doar a instituições de caridade”. O Sepe está analisando uma denúncia contra o reajuste a ser enviada ao MP.

**26 a 28 de maio- 13º Congresso Ordinário do Sepe  
www.seperj.org.br**